

FAMÍLIA E ESCOLA NA EDUCAÇÃO DO CAMPO: CONSTRUINDO APRENDIZAGENS QUE TRANSFORMAM VIDAS

Family and School in Rural Education: Building Learning Experiences That Transform Lives

Alan Martins de Oliveira¹, Edinilson Vieira²

¹ Doutorando em Ciências em Educação Cristã. Christian College of Educaler. E-mail: dionice.cunha@hotmail.com

² Doutor em Ciências em Educação Cristã. Christian College of Educaler. E-mail: edinilsonvieira@educaler.us

Resumo

O presente estudo aborda a importância da integração entre família e escola na Educação do Campo como estratégia para a construção de aprendizagens que promovam o desenvolvimento integral dos estudantes e o fortalecimento das comunidades rurais. O objetivo foi analisar as contribuições da parceria escola-família para a formação humana, a valorização da identidade cultural e a ampliação das oportunidades educacionais e sociais dos sujeitos do campo. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza bibliográfica, fundamentada na análise de livros, artigos científicos, documentos oficiais e produções acadêmicas sobre Educação do Campo, gestão democrática e participação familiar. Os resultados evidenciaram que a atuação articulada entre família, escola e comunidade favorece o desempenho escolar, fortalece a identidade cultural, estimula a cidadania, amplia a participação social e contribui para a construção de projetos de vida mais amplos. Conclui-se que a parceria entre família e escola constitui um dos principais pilares para uma Educação do Campo comprometida com a transformação social, a valorização dos saberes locais e a formação de sujeitos críticos, autônomos e preparados para atuar tanto em suas comunidades quanto em outros espaços sociais.

Palavras-chave: Educação do Campo. Família. Escola. Aprendizagem. Formação Integral.

Abstract

This study addresses the importance of integrating family and school in Rural Education as a strategy for building learning experiences that foster students' holistic development and strengthen rural communities. The objective was to analyze, through a bibliographic review, the contributions of this partnership to human development, the appreciation of cultural identity, and the expansion of educational and social opportunities for rural populations. The research is qualitative in nature and based on the analysis of books, scientific articles, official documents, and academic publications on Rural Education, democratic school management, and family participation. The findings indicate that the collaborative relationship among family, school, and community enhances academic achievement, reinforces cultural identity, promotes citizenship, encourages social participation, and supports the development of broader life projects. It is concluded that the partnership between family and school is one of the fundamental pillars of Rural Education, contributing to social transformation, the appreciation of local knowledge, and the education of critical, autonomous individuals prepared to contribute both to their communities and to broader social contexts.

Keywords: Rural Education. Family. School. Learning. Holistic Education.

A Educação do Campo representa uma conquista histórica das populações rurais na defesa do direito a uma educação que reconheça suas identidades, saberes, formas de organização social e a relação com o território; sabendo que manter a sabedoria presente em todo um legado e ao mesmo tempo difundir e expandir os frutos para suas próprias conquistas consiste numa parceria ímpar e necessária. Mais do que assegurar o acesso à escola, a modalidade educacional propõe uma formação comprometida com a valorização da cultura campestre, agricultura familiar, tradições locais, e junto aos conhecimentos construídos ao longo das gerações em prol de construir pontes para novas conquistas dentro e fora deste espaço. Entretanto, defender uma educação contextualizada não significa restringir os estudantes aos limites geográficos do campo, mas oferecer-lhes condições para que possam compreender sua realidade, transformá-la e, ao mesmo tempo, construir livremente seus próprios projetos de vida.

A Educação do Campo tem como doutrina esse papel de assumir amplos compromissos sociais e sustentáveis. Dentre esses compromissos sociais, dois são fundamentais e serão trabalhados neste estudo, o primeiro consiste em fortalecer as comunidades rurais por meio da formação de cidadãos críticos, capazes de contribuir para o desenvolvimento sustentável, preservação da identidade cultural, valorização dos saberes populares e a melhoria das condições de vida em seus territórios. O segundo compromisso é assegurar que crianças, adolescentes e jovens tenham acesso aos conhecimentos científicos, tecnológicos, culturais e humanísticos produzidos pela sociedade, ampliando suas possibilidades de ingresso no ensino superior, no mundo do trabalho, na pesquisa, na inovação e em diferentes espaços de atuação profissional e cidadã.

Essa perspectiva rompe com compreensões reducionistas que associam a Educação do Campo apenas à permanência dos sujeitos em suas comunidades de origem. Ao contrário, uma educação de qualidade, em todas as instâncias e etapas, deve plenamente oferecer liberdade de escolha: permanecer e contribuir para o fortalecimento do campo ou seguir novos caminhos, ocupando universidades, centros de pesquisa, empresas, instituições públicas e outros espaços sociais, levando consigo os valores, os conhecimentos e as experiências construídas em sua trajetória. Algo muito presente nos tempos atuais, mas que ainda precisa ser perseverado e demonstrado de diversos modos ao ponto de para além do educar, formar sujeitos capazes de dialogar com diferentes realidades sem romper com suas raízes e sua identidade, onde a família permaneça sendo alicerce e condizente ao compromisso de fortalecer essa trajetória.

Nesse processo, a parceria entre família e escola revela-se um potencial de extrema importância para atingir os objetivos necessários, considerando que a família constitui o primeiro espaço de socialização, de transmissão de valores e de construção da identidade dos estudantes, promovendo a inserção destes indivíduos

em outros espaços sociais, enquanto a escola amplia horizontes, promove o acesso ao conhecimento sistematizado e desenvolve competências necessárias para a participação crítica na sociedade, ou seja, o aperfeiçoa para maior interação. E, quando essas duas instituições atuam de forma integrada, fortalecem o desenvolvimento integral dos educandos, favorecendo aprendizagens contextualizadas, o protagonismo juvenil e a construção de projetos de vida pautados na autonomia, na cidadania e na responsabilidade social.

Sob essa perspectiva, a Educação do Campo encontra respaldo nas concepções de Freire (1996), ao compreender a educação como prática de liberdade e instrumento de transformação social. Da mesma forma, Caldart (2012) defende uma educação comprometida com os sujeitos do campo e com seus direitos, enquanto Arroyo (2012) enfatiza que reconhecer os modos de vida das populações rurais implica compreender suas potencialidades, seus desafios e sua capacidade de produzir conhecimentos. Esses referenciais reforçam que a escola do campo deve articular tradição e inovação, identidade e universalidade, pertencimento e emancipação.

Mesmo diante os avanços das políticas públicas voltadas à Educação do Campo, ainda persistem desafios relacionados ao fortalecimento da participação das famílias, à ampliação das oportunidades educacionais e à consolidação de práticas pedagógicas que conciliem a valorização das identidades locais com a formação para os desafios contemporâneos, visto isso nas camadas tecnológicas e na diversidade dos recursos didáticos. Torna-se necessário refletir sobre como a integração entre família e escola pode potencializar aprendizagens capazes de transformar não apenas a vida dos estudantes, mas também o desenvolvimento das comunidades rurais e sua inserção em uma sociedade cada vez mais dinâmica e interconectada, um cenário cada vez competitivo que recruta “os mais fortes” e capazes de saber administrar novas metodologias e estratégias frente as adversidades.

Pauta-se nesta lógica de migrar esse público da Educação do Campo as novas possibilidades que o presente busca responder ao seguinte problema de pesquisa: de que forma a articulação entre família e escola, no âmbito da Educação do Campo, pode promover aprendizagens que fortaleçam as comunidades rurais e, simultaneamente, ampliem as oportunidades de formação, participação social e realização pessoal dos estudantes?

No qual o objetivo geral consiste em analisar as contribuições da parceria escola-família para a formação humana, a valorização da identidade cultural e a ampliação das oportunidades educacionais e sociais dos sujeitos do campo. Especificamente, pretende-se compreender os fundamentos dessa modalidade educacional, discutir a importância da participação familiar no processo de ensino e aprendizagem e identificar estratégias que possibilitem uma formação comprometida tanto com o desenvolvimento das comunidades quanto com a ampliação das perspectivas acadêmicas, profissionais e sociais dos estudantes.

REFERENCIAL TEÓRICO

A Educação do Campo consolidou-se no Brasil como resultado das reivindicações dos movimentos sociais, especialmente daqueles ligados à agricultura familiar, aos trabalhadores rurais e às comunidades tradicionais, que passaram a defender uma escola comprometida com as especificidades dos povos do campo. Essa concepção rompe com a antiga visão de uma educação rural centrada na reprodução de modelos urbanos e propõe uma formação fundamentada na valorização dos sujeitos, dos territórios, da cultura e dos saberes produzidos pelas comunidades camponesas (Caldart, 2012).

Nos últimos anos, embora algumas políticas públicas tenham sido inovadoras para tentar reverter esse cenário, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e programas específicos para a educação do campo, não se restringe ao ensino convencional, concentra-se numa abordagem que valoriza as especificidades culturais e sociais da vida rural (Nascimento, 2008). De acordo com Moura (2009, p.13), “a educação deve buscar o fortalecimento da identidade do homem e do meio rural, partindo da preservação de seus valores e de sua cultura”. Valorizando suas raízes culturais e a ligação com o meio rural. A preservação dos valores e saberes tradicionais é essencial para que as novas gerações possam compreender e manter vivas as práticas que foram transmitidas ao longo do tempo, respeitando o legado cultural e ambiental de sua comunidade.

Para Caldart (2012), a Educação do Campo constitui um projeto político, social e pedagógico que reconhece os sujeitos do campo como protagonistas de sua própria história. No qual a escola deve promover processos educativos capazes de articular conhecimento científico, cultura local e participação comunitária, contribuindo para a emancipação humana e para a construção de uma sociedade socialmente mais justa. Essa compreensão é fortalecida por Arroyo (2012), ao afirmar que os povos do campo não podem ser considerados apenas beneficiários das políticas educacionais, mas sujeitos históricos que produzem conhecimento, cultura e formas próprias de organização social; reconhecer essas identidades significa superar práticas escolares descontextualizadas e construir currículos que dialoguem com as experiências concretas vividas pelos estudantes.

Em contribuição, Fernandes (2008) destaca que o território constitui um elemento central da Educação do Campo, pois representa o espaço onde se constroem relações econômicas, culturais, políticas e identitárias. Entretanto, o pertencimento ao território não deve ser interpretado como limitação às possibilidades de desenvolvimento pessoal. Pelo contrário, o reconhecimento das raízes culturais fortalece os indivíduos para que possam estabelecer novos diálogos com o mundo, ampliando suas perspectivas de formação e atuação

social. Assim, como a Resolução CNE/CEB nº2, de 28 de abril de 2008 e as “Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo” são os documentos oficiais normativos onde a expressão “Educação do Campo” aparece pela primeira vez. Como se pode perceber no art. 1º da Resolução nº 2, de 2008:

A Educação do Campo compreende a Educação Básica em suas etapas de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Profissional Técnica de nível médio integrada com o Ensino Médio e destina-se ao atendimento às populações rurais em suas mais variadas formas de produção da vida – agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da Reforma Agrária, quilombolas, caiçaras, indígenas e outros (Brasil, 2008).

Freire (1996) reforça essa concepção ao compreender a educação como prática de liberdade. Para o autor, ensinar não significa transferir conhecimentos, mas criar possibilidades para sua construção crítica, permitindo que os sujeitos compreendam sua realidade e desenvolvam autonomia para transformá-la. Sob essa perspectiva, a escola do campo deixa de ser compreendida apenas como espaço de permanência no meio rural e passa a constituir-se como ambiente de ampliação de horizontes. Seu compromisso é garantir que cada estudante tenha liberdade para escolher seu projeto de vida, seja permanecendo na comunidade e contribuindo para seu desenvolvimento, seja ocupando universidades, centros de pesquisa, empresas, instituições públicas ou qualquer outro espaço social, levando consigo os valores construídos em sua formação.

Visando aprofundar a pauta em questão e a presença dos instrumentos que cooperam nessa formação dos estudantes da Educação do Campo, a literatura educacional reconhece a família como a primeira instituição responsável pela formação humana. É nesse espaço que crianças e adolescentes desenvolvem valores, hábitos, atitudes, princípios éticos e formas de interação social que influenciam significativamente seu percurso escolar. Contudo, essa responsabilidade não é exclusiva da família, sendo compartilhada com a escola em um processo permanente de diálogo e corresponsabilidade.

Paro (2016) argumenta que a participação da família constitui um dos pilares da gestão democrática da escola, pois fortalece os vínculos entre comunidade e instituição escolar, amplia o compromisso coletivo com a aprendizagem e favorece a construção de práticas pedagógicas mais significativas. Para o autor, uma escola democrática reconhece que a participação familiar não deve limitar-se às reuniões escolares, mas integrar efetivamente os processos de planejamento, acompanhamento e avaliação das ações educativas.

Libâneo (2013) destaca que a escola contemporânea precisa desenvolver práticas capazes de integrar os conhecimentos produzidos pelos estudantes em seus contextos familiares aos conteúdos científicos sistematizados, promovendo aprendizagens contextualizadas e socialmente relevantes. Para Lück (2009), este ressalta que a construção de uma gestão escolar participativa depende da formação de redes colaborativas entre professores, gestores, famílias e comunidade. Segundo a autora, quando esses diferentes atores

compartilham responsabilidades, desenvolvem um ambiente educativo mais acolhedor, fortalecendo o desempenho acadêmico, o desenvolvimento socioemocional e o protagonismo estudantil.

Vygotsky (1998) evidencia que o desenvolvimento cognitivo ocorre por meio das interações sociais. Assim, família e escola constituem ambientes complementares de aprendizagem, nos quais o estudante amplia suas capacidades intelectuais, emocionais e culturais por meio das relações estabelecidas com diferentes sujeitos. E para a Educação do Campo, essa parceria assume significado ainda mais profundo, pois os saberes produzidos pelas famílias integram o patrimônio cultural das comunidades rurais. As experiências relacionadas ao trabalho, à agricultura, ao cuidado com a natureza, às festas populares, à religiosidade e às formas de organização comunitária representam importantes elementos formativos que podem enriquecer o currículo escolar quando reconhecidos pedagogicamente.

Contudo, as transformações sociais, econômicas e tecnológicas ocorridas nas últimas décadas impõem novos desafios à Educação do Campo, torna-se insuficiente oferecer uma formação voltada exclusivamente para a realidade local, sendo necessário construir práticas educativas capazes de articular pertencimento, identidade cultural, inovação, pensamento crítico e preparação para diferentes trajetórias acadêmicas e profissionais.

Saviani (2013) afirma que a função social da escola consiste em garantir o acesso ao conhecimento historicamente produzido pela humanidade. Essa compreensão reforça que todos os estudantes, independentemente de sua origem social ou territorial, possuem o direito de acessar os conhecimentos científicos, tecnológicos, filosóficos e culturais necessários à participação plena na sociedade.

Nóvoa (2009) defende que a educação do século XXI deve preparar sujeitos capazes de aprender continuamente, desenvolver autonomia intelectual e construir respostas criativas diante das mudanças sociais. Tal perspectiva dialoga diretamente com a Educação do Campo, uma vez que seus estudantes necessitam estar preparados tanto para fortalecer suas comunidades quanto para atuar em diferentes contextos sociais e profissionais.

Desse modo, a proposta de uma educação contextualizada não pode ser confundida com isolamento territorial. Ao contrário, quanto mais o estudante compreende sua história, sua cultura e sua identidade, maiores são suas possibilidades de dialogar criticamente com outros conhecimentos e construir novos projetos de vida. O pertencimento fortalece as raízes; o conhecimento amplia os horizontes.

Sob essa perspectiva, a Educação do Campo deve formar sujeitos comprometidos com o desenvolvimento sustentável de suas comunidades, mas também preparados para ocupar universidades, institutos federais, centros tecnológicos, programas de pós-graduação e diferentes espaços profissionais. Através da parceria entre família e escola adquire-se papel estratégico na construção de aprendizagens

transformadoras, fortalecendo vínculos comunitários, além de incentivar o protagonismo estudantil, ampliar expectativas de futuro e garantir acesso ao conhecimento científico, essa relação contribui para a formação de cidadãos críticos, autônomos e socialmente comprometidos.

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa. Esse tipo de investigação possibilita reunir, analisar e discutir conhecimentos científicos já produzidos sobre determinado fenômeno, contribuindo para a ampliação da compreensão teórica acerca da temática estudada (Gil, 2008; Lakatos; Marconi, 2021).

A opção pela revisão bibliográfica fundamenta-se na necessidade de compreender as contribuições da produção científica sobre a relação entre família e escola na Educação do Campo, considerando seus aspectos históricos, políticos, pedagógicos e sociais. Segundo Severino (2017), a pesquisa bibliográfica permite ao pesquisador estabelecer diálogo crítico com diferentes referenciais teóricos, favorecendo a construção de novas interpretações e reflexões acerca do objeto investigado.

O levantamento bibliográfico foi realizado entre os meses de junho e julho de 2026, utilizando bases de dados nacionais e internacionais reconhecidas pela comunidade científica. Foram consultadas as plataformas Scientific Electronic Library Online (SciELO), Google Scholar, Portal de Periódicos da CAPES, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e documentos oficiais disponibilizados pelos sítios eletrônicos do Ministério da Educação (MEC) e do Conselho Nacional de Educação (CNE). Também foram utilizados livros de referência de autores reconhecidos na área da Educação do Campo e da política educacional brasileira.

Como critérios de inclusão, foram selecionados artigos científicos publicados em periódicos revisados por pares, livros, capítulos de livros, dissertações, teses e documentos oficiais publicados em língua portuguesa, além de produções internacionais consideradas relevantes para a discussão do tema. Priorizou-se a literatura publicada entre os anos de 2002 e 2026, período marcado pelo fortalecimento das políticas públicas voltadas à Educação do Campo no Brasil, sem desconsiderar obras clássicas de reconhecida relevância teórica, indispensáveis à fundamentação da pesquisa.

A pesquisa foi desenvolvida em quatro etapas complementares. Inicialmente, realizou-se o levantamento das publicações nas bases de dados selecionadas. Em seguida, procedeu-se à leitura exploratória dos títulos, resumos e palavras-chave, identificando os estudos potencialmente relevantes. Na terceira etapa, realizou-se a leitura integral das obras selecionadas, acompanhada da organização dos dados em fichamentos

temáticos, permitindo identificar conceitos, categorias analíticas e contribuições dos diferentes autores. Com isso, procedeu-se à análise interpretativa do material, estabelecendo relações entre os referenciais teóricos e os objetivos da pesquisa, com vistas à construção de uma discussão crítica sobre a importância da articulação entre família e escola na promoção de aprendizagens transformadoras na Educação do Campo. Por tratar-se de uma pesquisa exclusivamente bibliográfica, desenvolvida com base em documentos públicos e materiais científicos já publicados, não houve envolvimento direto de seres humanos nem coleta de dados primários. Dessa forma, conforme as diretrizes da Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde, este estudo está dispensado de apreciação por Comitê de Ética em Pesquisa, uma vez que utiliza exclusivamente informações disponíveis em domínio público e não envolve identificação de participantes.

Os procedimentos metodológicos adotados buscaram assegurar rigor científico, transparência e confiabilidade à investigação, permitindo a construção de uma análise fundamentada na literatura especializada e contribuindo para ampliar as reflexões acerca do papel da família e da escola na formação integral dos sujeitos da Educação do Campo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da literatura evidenciou amplo consenso entre os autores acerca da importância da integração entre família, escola e comunidade como elemento estruturante da Educação do Campo. Os estudos consultados demonstram que o fortalecimento dessa parceria favorece não apenas o desempenho escolar dos estudantes, mas também o desenvolvimento da identidade cultural, da cidadania, da autonomia e da capacidade de participação social. E com a participação ativa das famílias nas práticas educativas, faz com que cooperem nesse processo de contribuição para a construção de um ambiente escolar mais democrático, acolhedor e comprometido com as necessidades da comunidade.

Para além desse grau de personalidade e habilidades, o vínculo familiar com a instituição e com os demais estudantes podem ser pontes cruciais para desenvolver valores e maior sociabilidade em meio a diversidade cada vez mais atuante nos diversos espaços. Visto que, quando escola e família estabelecem um diálogo permanente e compartilham responsabilidades, ampliam-se as possibilidades de aprendizagem significativa, valorizando os saberes locais e promovendo uma educação contextualizada, capaz de responder às especificidades do campo.

Diante deste cenário, a revisão permitiu identificar que a Educação do Campo ultrapassa a compreensão de uma modalidade educacional destinada apenas aos sujeitos residentes em áreas rurais. Conforme discutem Caldart (2012) e Arroyo (2012), trata-se de um projeto político-pedagógico

comprometido com a valorização dos saberes do campo, com a justiça social e com a formação humana integral. No qual os resultados obtidos indicam que a atuação conjunta entre família e escola fortalece esse projeto ao possibilitar que os conhecimentos produzidos nas comunidades dialoguem com os conhecimentos científicos trabalhados no ambiente escolar.

Os estudos analisados demonstram que esse princípio se torna mais efetivo quando a família participa do processo educativo, compartilhando valores, experiências e conhecimentos que enriquecem o currículo escolar e favorecem aprendizagens contextualizadas. Para isso, Freire (1996) afirma que a educação deve constituir-se como prática de liberdade, permitindo aos educandos compreenderem criticamente sua realidade para transformá-la, e sob essa perspectiva, verificou-se que a família representa o primeiro espaço de construção dos valores humanos, enquanto a escola amplia esse processo mediante a sistematização do conhecimento científico. E essa complementaridade fortalece a aprendizagem significativa também segue defendida por Vygotsky (1998), cuja teoria compreende que o desenvolvimento cognitivo ocorre por meio das interações sociais estabelecidas entre os sujeitos.

Os resultados também evidenciam que uma gestão escolar democrática favorece significativamente a aproximação entre escola e comunidade. Paro (2016) ressalta que a participação das famílias não deve restringir-se às reuniões escolares, mas integrar o planejamento, o acompanhamento e a avaliação das ações pedagógicas. De forma semelhante, Lück (2009) destaca que redes colaborativas entre gestores, professores, estudantes e famílias contribuem para ambientes educacionais mais acolhedores, fortalecendo tanto o desenvolvimento acadêmico quanto o socioemocional dos educandos.

As reflexões de António Nóvoa (2009) dialogam diretamente com os resultados encontrados ao defender que o desenvolvimento profissional docente deve ocorrer em uma perspectiva colaborativa, fundamentada na reflexão sobre a prática e no compromisso social da profissão. Segundo o autor, os professores assumem papel estratégico na construção das aprendizagens, especialmente diante dos desafios contemporâneos relacionados à diversidade, à inclusão e às transformações tecnológicas.

Conforme afirma Nóvoa (2009), a profissão docente exige muito mais que domínio de conteúdos; requer compromisso coletivo, trabalho colaborativo e constante diálogo com a comunidade escolar. Essa compreensão aproxima-se da realidade da Educação do Campo, na qual o professor precisa reconhecer os conhecimentos produzidos pelas famílias e utilizá-los como ponto de partida para ampliar as possibilidades educativas dos estudantes.

Saviani (2013) reforça esse entendimento ao defender que a função social da escola consiste em garantir aos estudantes o acesso aos conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade. A Educação do Campo não deve limitar seus estudantes às experiências locais, mas oferecer condições para que ingressem

no ensino superior, desenvolvam pesquisas científicas, participem de processos de inovação e ocupem diferentes espaços profissionais, mantendo, entretanto, seus vínculos culturais e identitários.

Nas condições atuais, não é mais suficiente alertar contra os perigos da racionalidade técnica advogando-se uma formação centrada numa cultura de base humanística voltada para a filosofia, literatura, artes e ciências humanas à revelia do desenvolvimento das chamadas ciências duras. É preciso operar um giro da formação na direção de uma cultura de base científica que articule, de forma unificada, num complexo compreensivo, as ciências humano-naturais que estão modificando profundamente as formas de vida passando-as pelo crivo da reflexão filosófica e da expressão artística e literária (Saviani, 2013, p. 229).

Essa formulação toca em algumas questões-chave da pedagogia histórico-crítica, a saber: a finalidade da educação, a formação dos indivíduos e a questão dos conteúdos e métodos de ensino, tomando como referência a forma de organização da sociedade atual ao buscar favorecer a construção de uma formação crítica e emancipatória, ampliando a liberdade dos estudantes para fazer escolhas conscientes, permanecer no campo com qualidade de vida ou acessar novas oportunidades de estudo, trabalho e participação social em diferentes espaços.

Assim, ao relacionar a finalidade da educação, a formação dos indivíduos e os conteúdos e métodos de ensino com a realidade social, a Educação do Campo torna-se um instrumento de transformação, capaz de promover autonomia, cidadania e a abertura de novos horizontes para as populações camponesas, sem romper seus vínculos culturais e identitários.

Os resultados obtidos também indicam que a contextualização curricular representa um dos principais fatores de permanência e sucesso escolar nas comunidades rurais. Libâneo (2013) argumenta que práticas pedagógicas contextualizadas favorecem aprendizagens mais significativas ao relacionarem conteúdos científicos com a realidade vivenciada pelos estudantes. Tal constatação reforça a necessidade de currículos que dialoguem simultaneamente com a cultura local e com os desafios impostos pela sociedade contemporânea. E, com base na literatura analisada, foi possível sintetizar os principais fatores que fortalecem a relação entre família e escola na Educação do Campo, conforme apresentado na Tabela 1.

Tabela 1 – Principais contribuições da parceria entre família e escola na Educação do Campo

Aspectos analisados	Contribuições identificadas	Principais autores
Participação da família	Fortalece valores, identidade e acompanhamento da aprendizagem	Paro (2016); Vygotsky (1998)

Gestão democrática	Amplia participação da comunidade escolar	Luck (2009); Paro (2016)
Educação contextualizada	Integra saberes populares e conhecimentos científicos	Caldart (2012); Arroyo (2012); Libâneo (2013)
Formação docente	Favorece práticas colaborativas e compromisso social	Nóvoa (2009)
Formação integral	Desenvolve autonomia, cidadania e projeto de vida	Freire (1996); Saviani (2013)

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

De modo geral, os estudos convergem ao demonstrar que uma Educação do Campo comprometida com a participação familiar produz impactos que ultrapassam os indicadores escolares tradicionais. Observa-se o fortalecimento da identidade cultural, da participação comunitária, da permanência escolar, do protagonismo juvenil e da construção de projetos de vida mais amplos. Os estudantes ao desenvolverem maior senso de pertencimento à comunidade, ampliam sua capacidade crítica e tornam-se sujeitos mais participativos na busca por soluções para os desafios locais. Mais do que transmitir conteúdos, a Educação do Campo contribui para que os sujeitos construam novos caminhos, descubram suas potencialidades e tenham condições de transformar suas próprias realidades e as comunidades onde estão inseridos.

Por isto, a educação para a “domesticação” é um ato de transferência de “conhecimento”, enquanto a educação para a libertação é um ato de conhecimento e um método de ação transformadora que os seres humanos devem exercer sobre a realidade (Freire, 2007, p. 105)

Finalmente, a revisão evidencia que valorizar as raízes culturais não significa restringir os horizontes dos estudantes. Ao contrário, conforme defendem Freire (1996), Caldart (2012), Saviani (2013) e Nóvoa (2009), quanto mais sólida for a identidade construída no interior da comunidade, maiores serão as possibilidades de inserção crítica nos diferentes espaços sociais, acadêmicos e profissionais. Podendo confirmar-se a hipótese central deste estudo de que a parceria entre família e escola constitui um dos principais pilares para a construção de aprendizagens capazes de transformar vidas, fortalecer comunidades rurais e ampliar as oportunidades de desenvolvimento humano e social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo compreender a importância da parceria entre família e escola na Educação do Campo, analisando como essa relação contribui para a construção de aprendizagens significativas, para o fortalecimento da identidade cultural dos estudantes e para a promoção do desenvolvimento humano e social das comunidades rurais.

Os resultados da revisão bibliográfica permitiram constatar que a efetiva participação das famílias no ambiente escolar fortalece o processo educativo, favorecendo o desempenho acadêmico, a permanência dos estudantes na escola, a valorização dos saberes locais e a formação de cidadãos críticos e comprometidos com a transformação da realidade em que vivem. Verificou-se, ainda, que a atuação integrada entre escola, família e comunidade amplia as possibilidades de construção de práticas pedagógicas contextualizadas, capazes de articular os conhecimentos científicos aos saberes produzidos no campo.

As discussões evidenciaram que a Educação do Campo deve ser compreendida como uma proposta educativa comprometida com a valorização das identidades, da cultura, da diversidade e da justiça social. Nesse contexto, o professor assume papel fundamental como mediador do conhecimento, desenvolvendo práticas pedagógicas colaborativas e dialógicas que aproximam os diferentes sujeitos envolvidos no processo educativo. A gestão democrática mostrou-se elemento indispensável para consolidar espaços de participação coletiva, fortalecendo vínculos entre escola e comunidade.

Dessa maneira, os objetivos propostos nesta pesquisa foram alcançados, uma vez que a literatura analisada confirma que a construção de aprendizagens transformadoras depende da corresponsabilidade entre família, escola e comunidade. Essa integração contribui para uma formação integral dos estudantes, ampliando suas oportunidades de participação social, continuidade dos estudos e desenvolvimento profissional, sem que percam suas referências culturais e seu sentimento de pertencimento ao campo.

Como recomendação, sugere-se que as instituições escolares ampliem ações permanentes de aproximação com as famílias, promovam espaços de diálogo e participação nas decisões pedagógicas e fortaleçam projetos que integrem os conhecimentos tradicionais das comunidades rurais aos conteúdos escolares. Recomenda-se, ainda, o investimento em políticas públicas voltadas à formação continuada dos professores da Educação do Campo, ao fortalecimento da gestão democrática e ao desenvolvimento de currículos contextualizados que valorizem as especificidades dos territórios rurais.

Por fim, considera-se que novas pesquisas, especialmente de natureza empírica, envolvendo escolas do campo, gestores, professores, estudantes e famílias, poderão aprofundar a compreensão sobre as práticas

de participação familiar e seus impactos na aprendizagem, contribuindo para o aperfeiçoamento das políticas educacionais e para a consolidação de uma Educação do Campo cada vez mais inclusiva, democrática e socialmente comprometida.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzáles. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 2, de 28 de abril de 2008**. Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Brasília, DF: CNE, 2008. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/pdf/resolucoes-do-cne/ceb/2008/rceb002_08.pdf. Acesso em: 10 mar. 2026.

CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo. In: CALDART, Roseli Salete et al. (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 257-265. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/consagro/files/2012/08/CALDART-Dicion%C3%A1rio-Campo-2012.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2026.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Os campos da pesquisa em Educação do Campo: espaço e território como categorias essenciais. In: MOLINA, Mônica Castagna (org.). **Educação do Campo e pesquisa: questões para reflexão**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2008. p. 39-66. Disponível em: https://educanp.weebly.com/uploads/1/3/9/9/13997768/educacao_do_campo_e_pesquisa_-_questes_para_reflexo.pdf. Acesso em: 15 maio. 2026.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. Disponível em: <https://nepegeo.paginas.ufsc.br/files/2018/11/Pedagogia-da-Autonomia-Paulo-Freire.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2026.

FREIRE, Paulo. **Ação Cultural para Liberdade: e outros escritos** – 12ª ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007. Disponível em: https://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/paulofreire/paulo_freire_acao_cultural_para_a_liberdade.pdf. Acesso em: 22 jun. 2026.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: https://grupos.moodle.ufsc.br/pluginfile.php/1290019/mod_resource/content/1/Metodos%20e%20tecnicas%20pesquisa%20social%20-%20Antonio%20carlos%20Gil.pdf. Acesso em: 04 jun. 2026.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021. Disponível em: https://cursosextensao.usp.br/pluginfile.php/300164/mod_resource/content/1/MC2019%20Marconi%20Lakatos-met%20cient.pdf. Acesso em: 05 jul. 2026.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013. Disponível em: <https://pdfcoffee.com/jc-libaneo-didatica-2-ediao-2013-pdf-free.html>. Acesso em: 17 jul. 2026.

LÜCK, Heloísa. **Dimensões da gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Positivo, 2009. Disponível em: https://juliofurtado.com.br/wp-content/uploads/2017/08/dimensoes_livro.pdf. Acesso em: 10 jul. 2026.

MOURA, E. A. de. **Lugar, saber social e educação no campo: o caso da Escola Municipal de Ensino Fundamental José Paim de Oliveira – Distrito de São Valentim, Santa Maria, RS**. 2009. 198 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2009.

NASCIMENTO, H.M. A questão ambiental na origem do problema agrário brasileiro e o caso da região Sul. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/BWJWGKdpndQvm8SsF3k9WGS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 jun. 2026.

NÓVOA, António. **Professores: imagens do futuro presente**. Lisboa: Educa, 2009. Disponível em: <https://rosaurasoligo.wordpress.com/wp-content/uploads/2017/04/antc3b3nio-nc3b3voa-professores-imagens-do-futuro-presente.pdf>. Acesso em: 22 maio. 2026.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2013. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Katia-Sa-2/post/What-methods-have-you-found-effective-for-helping-students-improve-critical-thinking-skills/attachment/59d6386e79197b8077995a54/AS%3A397641637744640%401471816562081/download/Dermeval+Saviani+-+Pedagogia+hist%C3%B3rico-critica+primeiras+aproxima%C3%A7%C3%B5es+%5B11%C2%AA+ed+revisada%5D+%281%29.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2026.

SAVIANI, Dermeval. **Aberturas para a história da educação**. Campinas, SP: Autores Associados, 2013. Disponível em: <https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/livros-gepec/pedagogia-historico-critica-e-educacao-no-campo.pdf>. Acesso em: 30 maio. 2026.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2017. Disponível em: https://www.ufrb.edu.br/ccaaab/images/AEPE/Divulga%C3%A7%C3%A3o/LIVROS/Metodologia_do_Trabalho_Cient%C3%ADfico_-_1%C2%AA_Edi%C3%A7%C3%A3o_-_Antonio_Joaquim_Severino_-_2014.pdf. Acesso em: 20 jun. 2026.

VYGOTSKY, Lev Semionovich. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. Disponível em: https://www.mackenzie.br/fileadmin/ARQUIVOS/Public/1-mackenzie/universidade/pro-reitoria/graduacao-assuntos-acad/forum/X_Forum/LIVRO.VYGOTSKY.FORMACAO.MENTE.pdf. Acesso em: 10 jul. 2026.